

tuição Federal, dispondo de autonomia na gestão dos bens que integram o seu patrimônio, dentre os quais as suas estações.

Em decorrência, as estações do METRÔ, por sua natureza, não podem ser equiparadas a prédios ou repartições públicas para fins de aplicação da Lei nº 14.707, de 8 de março de 2012. Ademais, se ao Poder Público é facultado intervir na atividade social de suas empresas, há de fazê-lo, sendo o caso, por intermédio dos representantes que mantêm nos órgãos diretivos próprios, para cumprir determinações específicas do Governador, a quem compete a direção superior da administração estadual (artigo 47, incisos II e XIV, da Constituição Estadual) e a iniciativa para edição de lei, se necessária.

Destaque-se que não cabe à lei dispor sobre a gestão do patrimônio de empresas como o METRÔ, incluindo a outorga de patronímicos, sob pena de afronta ao seu peculiar regime jurídico e aos objetivos que motivaram a sua instituição.

A edição do diploma legal em apreço significaria, por outro lado, indevida interferência do Poder Legislativo em atribuições específicas dos representantes do Poder Executivo na referida empresa, o que vulnera o princípio da separação dos poderes e os dispositivos constitucionais que o albergam (Constituição Federal, artigo 2º; Constituição Estadual, artigo 5º, “caput”).

No que concerne ao mérito da proposição, cumpre ressaltar que, conforme esclarecimentos prestados pelo METRÔ, a definição da nomenclatura das estações das linhas metrolviárias segue critérios e conceitos estabelecidos para sua escolha, uma vez que referidas estações se tornam marcos urbanos, em nível local, metropolitano e dentro da própria rede de transportes. A busca dessa nomenclatura procura associar referências urbanas preexistentes e significativas junto à população.

Considerando que o atendimento prestado estende-se por toda a Região Metropolitana de São Paulo, informa a Companhia que a definição dessa nomenclatura se dá por meio de estudo toponímico e de pesquisa de opinião junto à população. Assim, após a escolha, o METRÔ não toma a iniciativa de promover alterações, que, além de causar confusão aos seus usuários, envolvem altos custos com a troca da comunicação visual em todo o sistema, incluindo a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, trólebus e ônibus municipais e intermunicipais.

Por oportuno, registro que medidas de teor análogo têm sido, na mesma esteira, desacolhidas (Projetos de lei n’s 497/08, 498/08 e 337/09).

Fundamenteado, nesses termos, o veto total que oponho ao Projeto de lei nº 518, de 2013, e fazendo-o publicar no Diário Oficial, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto para o oportuno reexame dessa ilustre Assembléia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de janeiro de 2014.

# Decretos

## DECRETO Nº 60.028, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Cria a 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, modelo de atenção nas unidades policiais que especifica, e dá outras providências*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no artigo 13 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, apensa ao Decreto federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, combinado com os artigos 1º e 2º da Lei federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõem sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica criada, na estrutura da Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP, a 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, classificada como de 1ª Classe.

Parágrafo único - Poderão ser instituídas, mediante decretos específicos, outras Delegacias de Polícia da Pessoa com Deficiência no Estado, seguindo as mesmas atribuições e consonante com a experiência da 1ª Delegacia criada por este artigo.

Artigo 2º - A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência tem por atribuições, na área da Capital:

I - o exercício dos atos concernentes à polícia judiciária, concorrentemente com as demais unidades policiais civis;

II - a execução dos serviços de prevenção e repressão aos crimes praticados contra a Pessoa com Deficiência;

III - o recebimento, a concentração e a difusão de dados e denúncias sobre crimes e atos de violência contra a Pessoa com Deficiência;

IV - a prestação de consultoria e apoio técnico aos demais órgãos de polícia do Estado de São Paulo em casos envolvendo Pessoas com Deficiência;

V - o desenvolvimento, em conjunto com a Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" - ACADEPOL, do treinamento e da formação permanente de policiais civis para atendimento nas demais unidades policiais.

Parágrafo único - A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência poderá propor ao Delegado Geral de Polícia, pela via hierárquica, a celebração de convênios com entidades públicas e particulares que se destinem ao atendimento, promoção e defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Artigo 3º - Para execução das atribuições previstas no artigo 2º deste decreto, a 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência conta com um Centro de Serviços de Apoio composto de equipe multidisciplinar, que não se caracterizam como unidades administrativas.

Parágrafo único - As atribuições dos profissionais integrantes da equipe multidisciplinar serão delimitadas por meio de resolução conjunta entre as Secretarias de Estado da Segurança Pública e dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Artigo 4º - A área de atuação da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência será aquela abrangida pela sede do Departamento a que se subordina.

Artigo 5º - As Secretarias da Segurança Pública e dos Direitos da Pessoa com Deficiência terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para implantar a 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.

Artigo 6º - Decreto suplementar poderá instituir outras disposições necessárias ao fortalecimento da rede de proteção social da Pessoa com Deficiência.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*Fernando Grella Vieira*

Secretário da Segurança Pública

*Linamara Rizzo Battistella*

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

## DECRETO Nº 60.029, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Regulamenta a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista de que trata o item 2 do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 29 de abril de 2013, e dá providências correlatas*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 14.990, de 29 de abril de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União para o financiamento do Programa de Investimento do Estado de São Paulo; e

Considerando o Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos Externos nº 20/00005-7, firmado entre o Banco do Brasil S.A. e o Estado de São Paulo,

**Decreta:**

Artigo 1º - A execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista de que trata o item 2 do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 29 de abril de 2013, fica regulamentada nos termos deste decreto.

Artigo 2º - O Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista tem os seguintes objetivos:

I - promover bases sustentáveis para o desenvolvimento econômico e social do litoral paulista em harmonia com a fragilidade e importância de seus recursos naturais;

II - gerar benefícios sociais com a eliminação de passivos habitacionais e ambientais em áreas de risco socioambiental;

III - promover a proteção da biodiversidade e dos mananciais na zona litorânea do Estado de São Paulo, consolidando a gestão das Unidades de Conservação e estendendo as ações de recuperação socioambiental às suas zonas de amortecimento;

IV - apoiar a capacidade institucional no âmbito do Estado e dos Municípios de aplicar instrumentos de comando e controle, planejamento territorial, monitoramento e fiscalização integrada para prevenir e manejar impactos ambientais atuais e potenciais, buscando evitar reocupações e/ou novas ocupações em áreas de risco socioambiental.

Parágrafo único - Integram o Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista os municípios da Baixada Santista, do Litoral Norte e do Litoral Sul.

Artigo 3º - Cabe à Secretaria do Meio Ambiente e à Secretaria da Habitação a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista.

Parágrafo único - No âmbito da Secretaria do Meio Ambiente a execução das ações do Projeto de que trata este decreto cabe à Coordenadoria de Planejamento Ambiental e à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, observadas as dotações orçamentárias e financeiras alocadas para esse fim.

Artigo 4º - Para a implementação do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista a que alude o artigo 1º deste decreto ficam criadas:

I - na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, integrando o Gabinete do Secretário, a Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP - Litoral Sustentável;

II - na Secretaria do Meio Ambiente, integrando o Gabinete do Secretário, a Unidade de Gerenciamento Local - UGL Meio Ambiente;

III - na Secretaria da Habitação, integrando o Gabinete do Secretário, a Unidade de Gerenciamento Local - UGL Habitação.

Artigo 5º - A Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP - Litoral Sustentável, a que se refere o inciso I do artigo 4º deste decreto, tem as seguintes atribuições:

I - coordenar a implantação de mecanismos de planejamento orçamentário, administração financeira, controle interno e gestão operativa adotados pelo Estado e pelas instituições financeiras envolvidas no Projeto;

II - zelar pela eficiência operativa na implementação dos diversos componentes e atividades a serem executados pelas Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação e suas respectivas entidades vinculadas;

III - atuar como elo de gestão e entendimentos junto aos agentes financeiros do Projeto, bem como junto aos órgãos e entidades da Administração Federal, aos Municípios envolvidos e outras instâncias públicas e privadas relevantes, necessários à implementação do Projeto;

IV - coordenar a elaboração das demonstrações financeiras do Projeto, de acordo com o movimento contábil e financeiro das instituições executoras das Secretarias do Meio Ambiente e Habitação, com as demais fontes de financiamento e de contrapartida nacional, em conformidade com as normas e requerimentos dos agentes financiadores e dos órgãos estaduais e federais envolvidos;

V - promover as atividades necessárias para cumprir todos os termos dos acordos estipulados nos contratos de financiamento firmados pelo Estado de São Paulo.

Artigo 6º - As Unidades de Gerenciamento Local UGL Meio Ambiente e UGL Habitação de que tratam os incisos II e III do artigo 4º deste decreto têm, em suas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I - coordenar, no âmbito de suas funções, as atividades necessárias e suficientes para a consecução dos objetivos e metas do Projeto, de acordo com as diretrizes estabelecidas e o cronograma de implantação fixado, observando os padrões de qualidade e economia estabelecidos, em conformidade com o Contrato de Financiamento firmado, de forma a cumprir com todas as obrigações que dele derivem;

II - realizar o planejamento, o controle, a avaliação e a revisão do conjunto das ações do Projeto sob sua responsabilidade, em todas as suas etapas, inclusive quanto à projeção físico-financeira;

III - manter sistema de controle e produzir informações gerenciais sobre o progresso físico e financeiro dessas ações;

IV - preparar as prestações de contas dos recursos financeiros aplicados no Projeto, a serem submetidas à UGP - Litoral Sustentável;

V - facilitar ao Financiador e aos seus representantes, devidamente indicados, a ampla fiscalização da aplicação dos recursos e do desenvolvimento das atividades financiadas, disponibilizando o acesso a todos os processos e informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

VI - encaminhar à Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP Litoral Sustentável comunicação, por escrito, quando da substituição do Coordenador da Unidade de Gerenciamento Local - UGL correspondente, bem como da designação de seu substituto;

VII - manter um sistema de controle adequado que produza informações gerenciais seguras e confiáveis sobre o progresso físico e financeiro do Projeto, de modo a dotar a UGP - Litoral Sustentável dos elementos necessários à gestão financeira geral, à supervisão do Projeto, e à produção dos relatórios nos moldes exigidos e aceitáveis pelo financiador.

Artigo 7º - A Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP Litoral Sustentável, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, e as Unidades de Gerenciamento Local das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação contam, cada uma, com 1 (um) Coordenador e equipe multidisciplinar.

§ 1º - Os Secretários de Planejamento e Desenvolvimento Regional, do Meio Ambiente e da Habitação deverão designar, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação deste decreto, os Coordenadores das Unidades de Gerenciamento de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - As equipes multidisciplinares de que trata o "caput" deste artigo não se caracterizam como unidades administrativas.

Artigo 8º - O Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP - Litoral Sustentável, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, e os Coordenadores das

Unidades de Gerenciamento Local, das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação têm, em suas áreas de atuação, as seguintes competências:

I - em relação às atividades gerais:

a) assessorar o Secretário da Pasta no desempenho de suas funções;

b) responder pela sua Unidade junto ao Titular da Pasta;

c) coordenar, orientar, acompanhar e avaliar os trabalhos de sua Unidade;

d) promover a adoção das providências necessárias ao pleno funcionamento da Unidade;

II - aprovar as indicações de servidores para integrar a equipe multidisciplinar, submetendo os nomes para designação pelo Titular da Pasta.

Artigo 9º - Os Coordenadores das Unidades de Gerenciamento Local, das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, têm ainda, cada um, em sua área de atuação, as seguintes competências:

I - em relação aos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária, enquanto dirigentes de unidade de despesa, as previstas no artigo 14 do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970;

II - em relação às licitações, as previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterados pelo Decreto nº 33.701, de 22 de agosto de 1991, que lhes forem delegadas pelo Titular da respectiva Pasta, bem como as estabelecidas no contrato de financiamento firmado para a implementação do Projeto Desenvolvimento sustentável do Litoral Paulista;

III - outras conferidas, mediante lei ou decreto, a dirigentes de unidades de despesa.

Parágrafo único - As competências de que trata o inciso III deste artigo, poderão, quando necessário, ser especificadas mediante resolução dos Secretários das Pastas correspondentes.

Artigo 10 - Os Secretários do Meio Ambiente e da Habitação ficam autorizados, nos termos da legislação vigente, a proceder às doações de bens adquiridos no âmbito do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, diretamente aos municípios e entidades da administração pública municipal que participam da execução das ações previstas no Projeto.

Artigo 11 - O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional poderá baixar as normas complementares que se fizerem necessárias ao adequado cumprimento deste decreto.

Artigo 12 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*Bruno Covas*

Secretário do Meio Ambiente

*Marcos Rodrigues Penido*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Habitação

*Julio Francisco Semeghini Neto*

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

## DECRETO Nº 60.030, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Prorroga o prazo a que se refere o artigo 17 do Decreto nº 56.843, de 17 de março de 2011, e alterações posteriores, e dá providências correlatas*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**Decreta:**

Artigo 1º - O prazo a que se refere o artigo 17 do Decreto nº 56.843, de 17 de março de 2011, e alterações posteriores, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

## DECRETO Nº 60.031, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Caiabu, do imóvel que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Caiabu, de um imóvel de sua propriedade, onde funciona a Unidade Básica de Saúde, contendo 800,00m² (oitocentos metros quadrados) de terreno e 480,91m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados e noventa e um

decímetros quadrados) de construção, localizado na Rua Maria Claudia Pedreira, 136, Centro, naquele Município, conforme descrito e identificado nos autos do processo SS nº 1.609/13 (CC-153.368/13).

Parágrafo único - A área de que trata o "caput" deste artigo, destinar-se-á Unidade Básica de Saúde de Caiabu.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto, será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*Julio Francisco Semeghini Neto*

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

## DECRETO Nº 60.032, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Regente Feijó, do imóvel que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Regente Feijó, de um imóvel de sua propriedade, onde funciona a Unidade Básica de Saúde II, contendo 1.969,32m² (um mil novecentos e sessenta e nove metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados) de terreno e 1.086,49m² (um mil e oitenta e seis metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados) de construção, localizado na Rua Júlio de Mesquita, 332, Centro, naquele Município, conforme descrito e identificado nos autos do processo SS nº 1.610/13 (CC-153.367/13).

Parágrafo único - A área de que trata o "caput" deste artigo, destinar-se-á Unidade Básica de Saúde II de Regente Feijó.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto, será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*Julio Francisco Semeghini Neto*

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

## DECRETO Nº 60.033, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

*Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Paulicéia, do imóvel que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de Paulicéia, de um imóvel de sua propriedade, onde funciona o Centro de Saúde III, contendo 1.485,00m² (um mil quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados) de terreno e 397,54m² (trezentos e noventa e sete metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados) de construção, localizada na Avenida Paulista, snº, Quadra 106, naquele Município, conforme descrito e identificado nos autos do processo SS nº 1.594/13 (CC-153.366/13).

Parágrafo único - A área de que trata o "caput" deste artigo, destinar-se-á ao Centro de Saúde III de Paulicéia.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto, será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de janeiro de 2014

GERALDO ALCKMIN

*Julio Francisco Semeghini Neto*

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

*José do Carmo Mendes Junior*

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 3 de janeiro de 2014.

### DECRETO Nº 58.813, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

**Retificação do D.O. de 28-12-2013 e republicado em 12-12-2013**

No item 6.1 do anexo, leia-se como segue e não como constou:

6.1. Coeficientes Ponderadores para o cálculo da cobrança na Captação, Extração e Derivação da UGRHI Baixo Pardo/Grande.

Característica considerada	CP	Classificação	Valor
a) Natureza do corpo d'água	X1	Superficial	1,10
		Subterrâneo	1,10
b) Classe do uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação	X2	Classe 1	1,20
		Classe 2	1,15
		Classe 3	1,10
		Classe 4	1,00
c) Disponibilidade hídrica local	X3	Muito alta (< 0,25)	0,90
		Alta (entre 0,25 e < 0,4)	0,95
		Média (entre 0,4 e < 0,5)	1,00
		Crítica (entre 0,5 e < 0,8)	1,05
		Muito Crítica (≥ 0,8)	1,10
d) Volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X5	V <sub>MED</sub> / V <sub>OUT</sub> (%)	
		(V <sub>MED</sub> / V <sub>OUT</sub> (%)) ≥ 70	1,00
		60 ≤ (V <sub>MED</sub> / V <sub>OUT</sub> (%)) < 70	1,20
		50 ≤ (V <sub>MED</sub> / V <sub>OUT</sub> (%)) < 60	1,40
		(V <sub>MED</sub> / V <sub>OUT</sub> (%)) < 50	1,80
e) Finalidade de uso	X7	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,10
		Industrial	1,00
f) Transposição de bacia	X13	Existente	1,50
		Não Existente	1,00